

# **A REVOLUÇÃO PERNAMBUCANA E AS DISPUTAS HISTORIOGRÁFICAS: ABREU E LIMA E FRANCISCO ADOLFO DE VARNHAGEN\***

## **“REVOLUÇÃO PERNAMBUCANA” AND THE HISTORIOGRAPHICAL DISPUTES: ABREU E LIMA AND FRANCISCO ADOLFO DE VARNHAGEN**

Thamara de Oliveira RODRIGUES\*

### **RESUMO**

O objetivo deste artigo é apresentar as interpretações sobre a Revolução Pernambucana narradas por José I. de Abreu e Lima e Francisco A. Varnhagen nas obras *Compêndio da História do Brasil* (1842) e *História Geral do Brasil* (1854). A análise das respectivas sínteses auxilia na problematização de possíveis razões pelas quais certo “esquecimento” ou “marginalização” da Revolução Pernambucana como um fenômeno regional deu-se (incluindo outros fatores) também por disputas historiográficas ao longo da primeira metade do século XIX. Identifica-se que as divergentes versões relacionam-se a metanarrativas opostas acerca da Independência do Brasil – os temas e conceitos utilizados para explicação desta Revolução nestas narrativas estão diretamente relacionados às disputas pela interpretação da Independência. Identifica-se também que essas divergências associam-se a espaços historiográficos distintos, um mais próximo à experiência institucional disciplinar, como o IHGB, outro a demandas do que se tem chamado de “história popular”.

### **PALAVRAS-CHAVE**

Revolução Pernambucana; História da Historiografia; História do Brasil; José Ignácio de Abreu; Lima; Francisco Adolfo de Varnhagen.

### **ABSTRACT**

The purpose of this article is to present the interpretations of “Revolução Pernambucana” (1817) narrated by José Ignácio de Abreu e Lima and Francisco Adolfo de Varnhagen in the works *Compêndio da História do Brasil* (1842) and *História Geral do Brasil* (1854). The analysis of their syntheses assists in questioning of possible reasons why some "forgetting" or "marginalization" of “Revolução Pernambucana” as a regional phenomenon occurred (including other factors) also by historiographical disputes over the first half of the nineteenth century. The different versions of the literate relate to opposite metanarrative about the Independence of Brazil - the themes and concepts used to explain the Revolução Pernambucana in these narratives are directly related to disputes over the interpretation of Independence. These differences are associated with different historiographical spaces closer to disciplinary institutional experience, like IHGB and the other demands of what has been called "popular history".

### **KEW-WORDS:**

Revolução Pernambucana; History of historiography; History of Brazil; José Ignácio de Abreu; Lima; Francisco Adolfo de Varnhagen.

---

\*Doutoranda – Programa de Pós Graduação em História – Instituto de Ciências Humanas e Sociais (ICHS) – UFOP – Universidade Federal de Ouro Preto. Mariana-MG, Brasil. Bolsista Capes/UFOP. Email: [thamara\\_rodrigues@yahoo.com.br](mailto:thamara_rodrigues@yahoo.com.br).

Uma questão latente às pesquisas sobre a Revolução Pernambucana é a identificação dos motivos pelos quais um movimento que conseguiu agitar diferentes vilas e capitanias em torno de um projeto republicano não goza de muita repercussão em um contexto mais amplo de resistência ao sistema colonial quando comparado, por exemplo, à Conjuração Mineira. Estudos atribuem este “esquecimento” a fatores diversos como, por exemplo, a uma leitura secessionista da Revolução ou pela hegemonia política do atual Sudeste (MELLO 2004; ANDRADE 2012). Também se pode questionar a ênfase dada a Pernambuco uma vez que capitanias como Paraíba, Ceará, Rio Grande do Norte e Alagoas teriam sido expressivas para o movimento, ou seja, se trata de perguntar, ainda, o motivo pelo qual um movimento mais amplo é reconhecido como “pernambucano”, apenas. A aproximação do bicentenário da Revolução é um momento oportuno para retomada e revisão dessas e outras questões.

Neste artigo, tem-se o objetivo de contribuir para o debate sobre certo “esquecimento” ou “marginalização” da Revolução Pernambucana como um fenômeno “apenas” regional através da análise de disputas historiográficas ao longo do século XIX. Ou ainda em outras palavras, trata-se de tentar justificar parte do esquecimento da Revolução de 1817 hoje no interior da história da historiografia, da historiografia em geral e, especialmente, no que podemos chamar de memória coletiva, a partir da tematização e compreensão das interpretações constituídas e sedimentadas ao longo século XIX.

Evaldo Cabral de Mello em a *Outra Independência* tematizou os motivos pelos quais a história da Independência e o processo de consolidação nacional são estudados tendo o Rio de Janeiro e as províncias limítrofes como os protagonistas deste contexto. Por esta razão, o autor resgatou o processo da Independência em Pernambuco – da Revolução Pernambucana de 1817 até a Revolução do Equador (1824) – para mostrar como havia outros projetos de emancipação política vigentes naquele momento. Entre as teses de Cabral, destaca-se a de que entre 1817 e 1824 (incorporando o contexto do constitucionalismo luso-brasileiro) há uma experiência política e social que tomou forma no federalismo. Destaca-se também um diálogo

crítico traçado com a historiografia clássica sobre a formação do Estado Nacional passando pelo Visconde de Cairu, Francisco A. Varnhagen, Oliveira Lima e José Honório Rodrigues que teriam destacado e auxiliado na perspectiva histórica que sedimenta o protagonismo político do centro-sul (MELLO 2004).

Lúcia Guimarães examinou as representações historiográficas da Revolução Pernambucana no IHGB em dois momentos, a saber: ao longo do século XIX e na passagem do centésimo aniversário da Revolução. Para a historiadora, ao longo do XIX o Instituto tematizou a Revolução a partir das interpretações de Varnhagen e de João Manuel Pereira da Silva (1817-1898) que a restringia a uma insurreição de âmbito local. Apenas com a celebração do centenário do movimento de 1817, simbolicamente, a Revolução passou a desfrutar de um novo estatuto no Instituto: a de precursora da Independência. Alexandre Barbosa Lima (1862-1931) nesta cerimônia criticou em sua conferência a historiografia do Instituto que havia reduzido o movimento de Pernambuco a um “motim sem ideias” e questionado aqueles que seriam tratados como protagonistas da história nacional: Tiradentes, José Bonifácio e Benjamin Constant. Para Guimarães, esta celebração rompera com a memória nacional forjada no IHGB ao longo do século XIX e com a historiografia que lhe era tributária (GUIMARÃES 2008).

Embora a descontinuidade durante a Primeira República no tratamento da Revolução Pernambucana pelo IHGB ressaltados por Lúcia Guimarães seja relevante, ainda é preciso questionar se de fato a história da historiografia rompeu com a interpretação sobre 1817 produzida no Império, especialmente no IHGB. Desta forma, tematizar certo esquecimento da Revolução de 1817 significa dizer que apesar de novas e vigorosas investigações no sentido de reler 1817 como um acontecimento central à história da Independência e à história do Brasil, elas ainda não foram suficientes para produzir versões finais mais gerais, capazes de repercutir no campo popular e mesmo no campo historiográfico como um todo. Assim, dando consequência aos problemas enunciados por Cabral e Guimarães, priorizam-se aqui os debates que se definiriam, especialmente, no Segundo Reinado, por meio dos quais a construção do Estado nacional precisava reduzir também no nível discursivo as diferenças regionais, denegando as memórias das sedições que dificultassem a constituição do que Ilmar Rohloff de Mattos denomina de “expansão para dentro” do Império do Brasil (MATTOS 2005). Importante observar que não se deseja esgotar as razões da marginalização da revolução pernambucana nesta análise, mas contribuir para a complexificação das pautas

sobre o tema a partir da história da historiografia ao recuperar uma querela entre dois autores que disputaram espaços decisivos no que tange à própria escrita da história no e do Brasil.

Primeiramente, este artigo retoma alguns trabalhos sobre a Revolução Pernambucana a fim de expor como ela comportou diferentes debates em torno de seus conceitos-chaves, como o de “revolução”, “república”, “nação” e “pátria”. Em um segundo momento, aborda-se as narrativas sobre a Revolução de 1817 produzidas por José Ignácio de Abreu e Lima (1794-1869) em seu *Compêndio da História do Brasil* (1842) e por Francisco Adolfo de Varnhagen (1816-1878) em sua *História Geral do Brasil* (1854-1857). Ao fim, procura-se verificar que as divergentes versões dos autores se relacionam a narrativas opostas acerca da Independência do Brasil. Abreu e Lima seria adepto de uma versão mais tensa e menos harmoniosa em relação à herança lusa, enquanto Varnhagen optou por uma narrativa que não tencionasse a singularidade do Brasil com o legado português. Tematiza-se ainda que tais diferenças de forma e conteúdos entre essas obras podem ser relacionadas à existência de espaços de produção e circulação ou experiências historiográficas autônomas. Uma dessas experiências estaria diretamente relacionada ao IHGB, no qual a escrita da história se volta para o público mais especializado diante da emergência da “profissionalização” do historiador, a outra estaria mais próxima do que se tem chamado de historiografias populares.

#### *Revolução Pernambucana: conceitos e temporalidades*

Carlos Guilherme Mota em um dos trabalhos pioneiros sobre o tema, *Nordeste, 1817* (1972), defendeu a tese de que o movimento de 1817 não pode ser caracterizado como revolucionário, pois não se definiu no sentido marxista clássico de uma luta de classes consciente. Para Mota, a elite representada por clérigos, grandes proprietários e grandes comerciantes formava a camada social que melhor expressava as ideias e os conceitos de seu tempo (MOTA 1972: 91). A grande maioria da população que se viu inserida na ‘Revolução’ “não dispunha de recursos suficientes – intelectuais e materiais – para entender e participar de maneira consciente” (IDEM). Os setores populares teriam incluído suas demandas, especialmente no que se refere ao fim da escravidão, de modo “irrefletido” – não se tratava de um pleito ideologicamente orientado. O tema da escravidão teria, por esta razão, colocado a revolução diante de seu limite e de sua contradição mais forte. O grupo decisivamente revolucionário, os abolicionistas, era a minoria e, por isso, incapaz de produzir mudanças

mais substanciais no que tange à estrutura social. Mota, orientado por certa interpretação marxista do conceito de revolução, entendeu que o movimento de 1817 produziu constrangimentos na ordem social, possibilitando posteriormente quebras do sistema colonial, mas que, ao fim, foram insuficientes para romper com as relações escravistas. No interior das relações sociais, em que senhores e escravos ocupavam os pólos principais, o movimento de 1817 transformava a sociedade estamental-escravocrata que “sofria abalos no processo de descolonização”, mas este constrangimento não foi suficiente para “desfazer as linhas de estratificação geradas no período colonial” (MOTA 1972: 161). Para Mota, foi no movimento de 1817 que se definiu “a primeira camada dirigente brasileira, anticolonialista, porém escravista”, o que significa dizer: “houve abalo – mas não revolução – na estrutura da sociedade estamental-escravocrata, sem emergência de uma sociedade de classes” (IDEM). Tendo visto o argumento de Mota, embora ainda seja um texto importante para as pesquisas sobre 1817, sua interpretação acaba tendo por eixo central a evidência de uma “falta”, ou seja, a Revolução é caracterizada a partir de uma ausência, de uma incompletude, o que contribui (mesmo não sendo este o objetivo) para a “regionalização” da revolução pernambucana.

Denis Mendonça Bernardes no texto *O patriotismo constitucional: Pernambuco, 1820-1822* (2006) apresenta uma interpretação um pouco distinta daquela oferecida por Carlos Guilherme Mota. Bernardes identifica a república instaurada em 1817 como o “tempo da pátria”, sendo produzida e tendo produzido redefinições de conceitos clássicos. Para Bernardes, tratou-se da mais ousada revolução enfrentada pela Monarquia Portuguesa, especialmente por ter criado uma nova soberania dentro do Império. Houve uma quebra da identidade política, através da qual o corpo da nação (ligada à ideia de soberania do rei) foi cortado. A bandeira portuguesa foi derrubada em vários pontos do Nordeste, militares jogaram fora as insígnias e as patentes concedidas pela Coroa. O conceito de pátria se transformava, abrindo espaço para uma de suas conotações modernas: a reivindicação da soberania popular (BERNARDES 2006).

Pode-se relacionar este fenômeno aos estudos de Reinhart Koselleck no que se refere ao conceito de patriotismo. Para o historiador alemão, o conceito de patriotismo nasceu de uma compreensão moderna do conceito de “patriota”. Este termo se constituiu em uma figura chave da ilustração política, comprometida conscientemente com o “patriotismo”, amor ativo pela pátria que os patriotas plasmaram neste conceito inédito. Toda a semântica política se

transformou com a aparição do patriotismo, permitindo que entre a autoridade do monarca e os súditos, novas experiências em relação à pátria surgissem. Essa ideia permitiu que a pátria se desvinculasse simbolicamente do seu pai (o rei) e a própria pátria passou a ocupar um lugar específico, o de um novo ator coletivo (KOSELLECK 2012: 143-160).

Voltando a Bernardes, o “tempo da pátria” que pressupõe uma clara contestação da autoridade monárquica, permitiu além de uma crítica à centralização do poder colonial, uma quebra referente ao comportamento das classes sociais. Bernardes considera legítimos os apontamentos das ambiguidades e limites da Revolução de 1817, sobretudo dadas pela presença da escravidão, como apontara Mota. Mas o argumento central é de que “durante os poucos dias do tempo da pátria para o conjunto da população, [houve] uma vivência política marcada pela quebra das regras da sociabilidade dominante e, em muitos casos, das distâncias sociais” (BERNARDES 2006: 217). Para Bernardes, a Revolução de 1817 não representou simplesmente uma ameaça à ordem política da monarquia absoluta, “mas também propiciara a liberação de forças sociais, com um definido contorno étnico” (BERNARDES 2006: 239). Para essas forças sociais, “o fim do poder monárquico abria a oportunidade de igualmente liquidar uma ordem social de privilégios e exclusões que repousavam também sobre bases étnicas” (IDEM). Bernardes segue, assim, um argumento mais próximo ao de Evaldo Cabral tratando a Revolução de 1817 não pelo paradigma da ausência ou da incompletude, mas como um movimento que permitiu a constituição de uma experiência política a partir do Brasil, levando a interpretação de 1817 como fundamental à conjuntura da Independência.

Luiz Carlos Villalta, em artigo de 2003 sobre o tema, considerou a Revolução Pernambucana como um movimento constituído por uma “encruzilhada de desencontros”. A Revolução teria reunido contradições entre as “partes” e os “atores” do Império luso-brasileiro. Entre as contradições mais expressivas, observa-se a repulsa à administração monárquica que presidia o empreendimento *colonial* da “metrópole interiorizada”. Ao mesmo tempo, os pernambucanos agiram como forças regionalizantes que hostilizavam a hegemonia do Centro-Sul sobre o restante das possessões americanas, confundindo a dicotomia *brasileiros/portugueses*. Villalta identifica em circulação no movimento a formação de identidades de brasileiro, português e súdito do Reino Unido que entraram em conflito. “Para os revolucionários essas identidades vinham de um tronco em comum, mas se encontravam em choque; para os realistas, essas identidades não apresentavam incompatibilidades” (VILLALTA 2003:76).

Na perspectiva dos revolucionários, a soberania popular contrapunha-se à tirania: os revoltosos afirmaram, insistentemente, o princípio da soberania popular e, em oposição a ela, combateram o despotismo, que gerava o direito de insurgência. A revolução justificava-se, assim, pela tirania representada pelo governo, ora concebido como português, ora como “do Rio de Janeiro”. Tratava-se, portanto, do embate do povo soberano de Pernambuco e da Paraíba com a Coroa e, por conseguinte, com a “interiorização da metrópole” de que ele era representante (IDEM).

No entanto, por mais que o discurso revolucionário se articulasse contra a monarquia portuguesa e não contra o povo português, era inevitável em níveis discursivos a repercussão de um sentimento anti-lusitano, especialmente por parte dos revolucionários. Para contenção desta lusofobia, os anti-revolucionários recorreram à metáfora da árvore e dos troncos: discurso que tentava a conciliação entre lusos e brasileiros a partir da ideia de que fariam todos parte de um mesmo corpo (IDEM: 73). Outra estratégia, mencionada por Villalta, foi a utilizada pelo bispado de Pernambuco, que tentava a conciliação entre os portugueses da Europa e da América através de um dos elementos da moral cristã: a caridade.

A espécie branca existente neste Bispado [de Pernambuco] é toda europeia, ou descende de europeus” e, em segundo lugar, que “os brasileiros têm muito amor, afeto e respeito aos seus progenitores”, acrescentando, ainda, que “por natureza são dóceis, sensíveis e extremamente hospitaleiros”, sendo que “estas belas qualidades não podem gerar ódios contra os homens só pela diferença de natalício (DH. 1953 apud VILLALTA, 2003: 75).

Sobre o uso do conceito de revolução, entre os próprios revolucionários, ele foi usado com temor e associado à violência e ao terror. Na Paraíba, o governo provisório reconhecia que “uma revolução [...] só pelo nome é uma fatalidade funesta”, sempre trazendo “consigo rios de sangue”. Por esta razão, salientavam que “a revolução [da...] cara Paraíba não perdeu uma só gota de sangue de seus amados filhos, são seus filhos todos brasileiros, e europeus que habitam o seu solo criador” (DH. 1953 apud VILLALTA, 2003: 73). Observa-se que na revolução da Paraíba consideram-se os filhos todos os brasileiros e europeus que habitavam aquela província, formulação que tenderia a enfraquecer a cisão entre brasileiros e portugueses. O conceito de nação, segundo Villalta, também repercutiria essa ideia nas forças que se aliaram à contra-revolução, a palavra “nação” assumia uma conotação que apontava para a unidade entre brancos portugueses da América e da Europa (IDEM: 73-74).

Nesta conjuntura, o conceito de patriotismo correspondia à fidelidade a essa nação, mas para os revolucionários, que se denominariam patriotas, a pátria ganhou um novo conteúdo e torna-se oposta ao despotismo – esses patriotas já não se viam componente de uma sociedade de ordens. Porém, este novo conteúdo, apesar de impor novas demandas à conjuntura colonial em crise, não eliminaria a permanência do ideal aristocrático. Por esta razão, Villalta explica que a posição anticolonial teve um papel secundário nos discursos dos revolucionários, embora estivesse presente nas práticas dos atores políticos. O principal alvo parecia ser o governo monárquico do Rio de Janeiro apesar de haver ambiguidades nos discursos, nas quais se insinua o viés anticolonial do movimento (IDEM:76).

Desta forma, para Villalta a Revolução de 1817, apesar de suas contradições e limites no que se refere à escravidão, nação, pátria, por exemplo, é um forte índice dos problemas em torno da resistência monárquica, ou seja, foi a partir dela que a questão anticolonial ia tornar-se mais clara. Por isso, o início do processo de Independência tradicionalmente atribuído a Revolução do Porto pode ser melhor tematizado, pois a motivação da Revolução de 1820 tinha na origem uma demanda semelhante à Revolução de 1817: contestar o poder do Rio de Janeiro, o que acabou por radicalizar a oposição entre portugueses e brasileiros. Neste aspecto, a argumentação de Villalta atribui a 1817, a despeito de suas aporias, um *ethos* político, o qual teria sido fundamental à Independência.

Nas próximas seções, identifica-se que a Revolução Pernambucana foi um conteúdo chave para escrita da História do Brasil durante o século XIX que tematizou, inclusive, sua relação com a Revolução do Porto. A partir das obras escolhidas de Abreu e Lima e Varnhagen defende-se que os temas e conceitos utilizados para explicação da Revolução Pernambucana nestas narrativas estão diretamente relacionados às disputas pela interpretação da Independência.

#### *Abreu e Lima e a “malograda Revolução”*

Pernambucano, militar, professor de matemática, editor e redator de pasquins, exilado político, combatente nas guerras de emancipação das colônias espanholas, polemista aguerrido são alguns dos predicados do General José Ignácio de Abreu e Lima. Após assistir à execução de seu pai, o Padre Roma, em 1817, devido ao seu envolvimento na Revolução Pernambucana, fugiu da prisão com o apoio da maçonaria e incorporou-se ao exército de



Bolívar, compartilhando o sonho da Grã-Colômbia. Tornou-se, assim, um dos principais capitães de Bolívar, ficando conhecido como o “general das massas” ao participar das batalhas decisivas da luta de libertação da Colômbia e da Venezuela, onde é considerado um dos heróis da Independência. Sua trajetória em seu país, ao contrário, foi marcada por fortes tensões e contradições. Ao retornar ao Brasil, após viagens pelos Estados Unidos e Europa, foi defensor da monarquia brasileira. No entanto, em 1848, foi preso e condenado à prisão perpétua devido ao envolvimento na Revolução Praieira, movimento de caráter liberal e federalista, sendo posteriormente anistiado pelo governo imperial. No mundo intelectual não teria uma trajetória menos interessante. Além de contribuir como autor e editor de alguns jornais, escreveu diversos livros entre os quais se destacam: *Bosquejo Histórico, Político e Literário do Brasil* (1835), *Compêndio da História do Brasil* (1842), *Sinopse ou dedução cronológica dos fatos mais notáveis da História do Brasil* (1845), *O Socialismo* (1855). Todos eles enredados em debates e recepções polêmicas.

As narrativas do General sobre a Revolução Pernambucana estão presentes em momentos significativos de suas obras, especialmente pelo fato de ter tido com a Revolução uma experiência singular. Optaremos por analisar a versão que se encontra no *Compêndio da História do Brasil*, pois fora com esta obra que protagonizou junto a Varnhagen a polêmica que definiria seu lugar na historiografia como plagiário e compilador.

Abreu e Lima explicou a “malograda Revolução” de Pernambuco a partir de duas causas centrais. A primeira refere-se à rivalidade entre portugueses e brasileiros. O desencontro entre os dois povos intensificou-se durante a transferência da família real, quando “um enxame de aventureiros, necessitados e sem princípios” acompanhou a corte, sendo alocados no serviço administrativo, sem que se importassem em beneficiar a esfera pública (ABREU E LIMA 1843: 182). A segunda relaciona-se à tensa situação política de Portugal, que devido à ausência da corte, estava praticamente dominada pelo Marechal Beresford. A essas duas principais causas, desdobra-se a postura da corte do Rio de Janeiro que, ao invés de abrandar as distâncias e discórdias entre os dois hemisférios, intensificava-as. Abreu e Lima recorreu, então, à metáfora dos reinos como corpos que precisariam afastar-se:

O descontentamento e as queixas eram iguais em todas as províncias; (...) cedo ou tarde deveriam aparecer violentos efeitos: o mal não podia curar-se sem remédio enérgico, e deste gênero nenhum outro apresentava-se, à **exceção da independência do corpo que sofria** (Idem).

Sendo a presença da corte um obstáculo aos interesses brasileiros, iniciou-se a partir da maçonaria em Pernambuco e inspirada pela Revolução Americana e pela emancipação das colônias hispano-americanas um plano para execução da Independência. “O Brasil, estimulado por exemplos de tanta magnitude (...) era impossível que permanecesse em inação” (IDEM). Ou seja, a Revolução Pernambucana para Abreu e Lima foi uma tentativa de emancipação da metrópole portuguesa.

O caráter organizado e não violento da Revolução foi destacado em sua narrativa. O conceito de revolução operado pelo autor centra-se na noção de ordem, respeito à propriedade, asilo e assistência à população por parte dos revolucionários. Isto é, a revolução deveria estar aliada à ordem social, aos padrões de civilização em vigor e, especialmente, à moderação das ações – “Jamais povo ou tropa em iguais circunstâncias mostrou tanta moderação na vitória: ao ódio sucedeu a compaixão, e a desgraça foi respeitada” (ABREU E LIMA 1843: 187).

Neste sentido, os erros da revolução não foram relacionados a um perfil abrupto, violento ou imprudente por parte dos revolucionários. São, ao contrário, atribuídos à inexperiência e boa fé dos “patriotas” e à violência e crueldade por parte dos “realistas” ou “contra-revolucionários”, como ele nomeou. Ao narrar a participação de seu pai, o Padre Roma, como um dos heróis e mártires da Revolução, explicou: “Abreu e Lima [pai] (...) era homem, como todos os seus correligionários, inexperiente dos manejos ocultos das revoltas: sem nenhum disfarce apresentou-se sempre...” (ABREU E LIMA 1843: 189).

O fracasso da revolução foi, então, atribuído à “lenta marcha do Governo Provisório”, que permitiu que os portugueses anteriormente amedrontados pelo movimento se reanimassem “com tanta violência como barbaridade” (ABREU E LIMA 1843: 191). O fator decisivo, porém, eram os elementos conservadores que impediram o crescimento e a irrupção da revolução nas demais regiões: “não era fácil com belas teorias e boas palavras desarraigar preconceitos populares e *abalar os fundamentos* de uma Monarquia cimentada sobre usos, costumes e religião” (IDEM – grifos meus). Desta forma, “o brilhante horizonte da república se tinha anuviado” em razão de uma resistência conservadora e da violência praticada contra os “patriotas”, que levou o Padre João Ribeiro, mártir também destacado por Abreu e Lima, ao suicídio.

A Revolução de 1817 no *Compêndio* do General não teve um final isolado. Abreu e Lima terminou o capítulo evidenciando que a repercussão e repressão ao movimento

continuava com força expressiva e só fora interrompida devido à Revolução do Porto, interpretada como o desfecho do movimento de 1817. Nesta ocasião “lembraram os liberais portugueses das condições porque nos tínhamos sacrificado em 1817”: o esquecimento da corte do centro-sul em relação às outras partes do Império (ABREU E LIMA 1843: 187). A revolução do Porto significava a expulsão da corte do Rio de Janeiro bem como intensificava as chances de ruptura entre os hemisférios, segundo ele, idealizada pela República instaurada em 1817. Por esta razão, 1820, segundo o General era “a ocasião em que deveríamos tirar a desforra, prestando-nos a seus interesses [aos liberais portugueses], enquanto não podíamos fazer valer os nossos” (IDEM).

### *Varnhagen e “o mito heróico de patriotismo”*

Em sua *História Geral do Brasil*, Francisco Adolfo de Varnhagen introduziu o capítulo sobre a Revolução de 1817 destacando a grandeza do Império Luso e a audácia de uma revolução que se proclamou autônoma a corte do Rio de Janeiro. Este tema, para o historiador, era “pouco simpático” e se fosse permitido o deixaria “fora do quadro que prop[ôs] traçar” (VARNHAGEN 1852:1115). Varnhagen declarou que estava na moda “adular os anais pernambucanos com a proeza dessa revolução”. No entanto, seu objetivo claramente anunciado era desconstruir o caráter revolucionário do movimento, descrevendo-o como uma insurreição que foi convertida “em um mito heróico de patriotismo”, quando, na verdade, para ele, tratou-se de um evento “não brasileiro, mas provincial” (VARNHAGEN 1852: 1116). Desacreditar o movimento não implicaria “perda de glórias” para o Brasil, pois essas poderiam ser atribuídas aos tratados de 1810, à chegada da corte em 1808 ou ainda à Inconfidência Mineira.

Para a hipótese que se procura defender, torna-se importante ressaltar a versão de Varnhagen sobre a Inconfidência Mineira. A conjuração de 1789 teve inspirações nobres, como a Revolução Americana (inspiração que o autor não identifica nos revolucionários pernambucanos). No entanto, ela não pôde realizar-se por um desígnio da Providência. Se a Independência da província de Minas tivesse sido bem-sucedida, o destino do Brasil – a formação de seu Império – não se realizaria. Tiradentes foi para Varnhagen um mártir que não mereceu o seu destino – “ele se adiantou a aceitar para si a responsabilidade desta *nobre tentativa* e as glórias do martírio que hoje lhe confere a posteridade” (VARNHAGEN 1852:

1164 – grifos meus). E desta forma, “lamentando[...] as vítimas que causou esta mal denominada conspiração, que *tantas simpatias inspira a todas as almas generosas*”, interpretou seu fracasso como um destino: “curvemos a cabeça ao decreto da Providência, que, à custa do próprio sangue dos *mártires do patriotismo*, veio a conduzir-nos a única situação, em que podemos, sem novos ensaios, procurar ser felizes, e fazer-nos respeitar como nação” (IDEM – grifos meus). Deste modo, Varnhagen justifica seu objetivo no capítulo sobre a Revolução de Pernambuco – provar que o movimento de 1817 é regionalista, isolado do processo de Independência – atribuindo à Conjuração Mineira o brio e a glória patriótica que seus contemporâneos, como Abreu e Lima, legaram ao movimento de 1817.

Assim como Abreu e Lima, Varnhagen considerou a rivalidade histórica entre portugueses e brasileiros uma das principais causas do movimento, sendo Pernambuco a capitania com mais “pronunciadas e enraizadas” tensões. Essas rivalidades entre os colonos nascidos no Brasil e os nascidos em Portugal “datavam já do primeiro século da conquista, e se tinham transmitido de geração em geração” (VARNHAGEN 1852: 1118). Em virtude desses conflitos iniciaram-se “preparativos para uma futura proclamação de independência” (VARNHAGEN 1852: 1123). O sucesso inicial da revolução deu-se, porém, não em virtude de um bom plano por parte dos revolucionários, mas em função da fraqueza e má administração do governador que permitiu “triunfar a revolução; pois, com tal exemplo de covardia, não era mais possível inspirar respeito nem temor e, por conseguinte, fazer-se obedecer” (VARNHAGEN 1852: 1118). No entanto, a revolução não possuía um projeto e seu perfil desordenado e até mesmo violento (Varnhagen a aproxima da revolução francesa) inviabilizaram seu sucesso:

Cabe desde já dizer que a revolução Pernambucana de 1817 não se recomenda, muito mais que a da Bahia em 1798, pelas suas peças oficiais, nem pelos seus atos ou projetos. Nada próprio a inspirar sentimentos de heroísmo e de justiça, a entusiasmar e engrandecer o povo! Tristes sintomas para uma revolução em princípio! (VARNHAGEN 1852: 1135)

A ausência deste projeto, de sentimentos heróicos e de justiça fez da revolução “um triste engano” sem glórias que iludiu e sacrificou os envolvidos abandonados “covarde e ingratamente” pelos chefes militares da revolução. Varnhagen questionou todo o martírio dos líderes militares pernambucanos legado posteriormente – “Se a vossa causa era tão justa e tão santa, como por amor dela não buscastes no campo, em uma bala ou na ponta de uma baioneta, o martírio, que vos canonizasse na posteridade?” (VARNHAGEN 1852: 1147).

Os únicos mártires seriam o padre João Ribeiro que teria se suicidado em função da perda de seu juízo “confundido na presença de tanta miséria humana e de tantos desenganos da vida” e o hidrógrafo José Fernandes Portugal, que ao “se ver tão tristemente comprometido, não tendo feito mais que não resistir, (...) deixou de comer durante vinte dias” (IDEM). Importante ressaltar que na narrativa de Varnhagen esses mártires não são vítimas da repressão, mas do despreparo e abandono dos próprios líderes da revolução.

O fracasso da revolução associou-se, bem como na Inconfidência Mineira, aos desejos da Providência que a custo de “lamentáveis vítimas e sacrifícios, amparou o Brasil, provendo em favor da sua integridade” (VARNHAGEN 1852: 1150). O fracasso permitiu, assim, a união das províncias do norte às do sul e, após 1817, as primeiras já possuíam “juízo crítico” para perceber que tais revoluções eram orientadas sempre por “ambições pessoais”. Deste modo, Varnhagen narrou a revolução pernambucana como um movimento provinciano, de “dissolução política” que inviabilizaria a construção/integridade do Império do Brasil e, por isso, não teve glórias e brios que honrariam a nacionalidade brasileira (diferentemente da Inconfidência Mineira). O movimento de 1817 não foi glorioso, pois não teria se orientado pelo patriotismo – “sentimento tão sublime que faz até desaparecer no homem o egoísmo, levando-o a expor a própria vida pela pátria, ou pelo soberano que personifica o seu lustre e a sua glória.” – mas, pelo provincianismo (VARNHAGEN 1852: 1151).

#### *Abreu e Lima e Varnhagen: disputas pela Independência do Brasil*

Valdei Araujo em artigo recente aborda através da categoria de “regimes de autonomia” a existência e dinâmica de experiências historiográficas relacionadas a modos distintos de produção do discurso histórico (ARAUJO 2015). De um lado, há um modo “compilatório” que atende à demanda social por sínteses pragmáticas, ligando-se mais intimamente ao mercado editorial e ao mundo emergente de um leitor não-especializado. Neste modelo, ao qual podemos incluir Abreu e Lima, as narrativas agem como ação política direta, possuem demandas locais/regionais de identidade, justificação política e o apoio do sistema editorial. Consequentemente, acrescento que neste regime as narrativas nacionais resultam no que tenho denominado de uma “história da desarmonia”, pois não ignoram conflitos em potencial da “nossa identidade” como a escravidão e a colonização. Isso implicou em versões mais pessimistas ou melancólicas<sup>2</sup> para as histórias do Brasil como a de

Abreu e Lima ou a de Francisco Solano Constâncio, por exemplo, histórias duramente confrontadas pelo IHGB.<sup>3</sup> Por outro lado, há, segundo Araujo, um modelo disciplinar que precisou legitimar sua relação privilegiada com o Estado e suas instituições, dando centralidade à História Geral Nacional, tentando a harmonização dos conflitos históricos da jovem Nação, modelo no qual podemos incluir Varnhagen (IDEM).

A pesquisa desenvolvida por Araujo auxilia na identificação e diferenciação das denominadas “historiografias populares” e seu confronto com as historiografias disciplinares (PALETSCHEK 2011). A categoria de “distância histórica” associada à análise dos conteúdos das obras também se torna relevante neste processo já que se destina a descrever certo posicionamento afetivo, político e ético em relação ao passado, especialmente quando se trata do que podemos chamar de um alargamento da distância histórica entre Brasil e Portugal.

As narrativas de Abreu e Lima e Varnhagen, quando comparadas, evidenciam mediações diferentes em relação à herança lusa, tendo cada uma produzido o alargamento ou a diminuição da distância histórica em relação a nossa história colonial, a Portugal. Essa categoria – distância histórica – refere-se ao sentimento de temporalidade construída em um relato histórico, uma vez que este relato incorpora as posições dos sujeitos em relação ao passado. Isto se conecta a uma exigência imposta pelo processo de modernização da história que com sua contínua e acelerada transformação impôs a necessidade de um realinhamento entre passado e futuro. Por fim, trata-se do posicionamento da narrativa favorável ou não a uma herança íntima, no qual o “espaço de experiência” e o “horizonte de expectativas” são necessariamente articulados, afastando-se ou aproximando-se (KOSELLECK 2006). Esta categoria é fundamental, pois ela contribui nas análises dos usos emocionais ou políticos do passado, reconhecendo que todas as interpretações históricas medeiam o compromisso com ele, seja em um nível mais objetivo em relação ao conhecimento ou mais ético (PHILIPS 1997, 2013).

Ao utilizarmos a categoria de distância histórica para a análise comparativa das narrativas entre Abreu e Lima e Varnhagen, pode-se constatar que o primeiro construiu uma interpretação histórica em torno da Revolução de 1817 afastando-a da herança lusa e atribuindo através da Revolução uma identidade à nacionalidade brasileira de luta e resistência. Varnhagen faz o oposto associando a violência e os interesses pessoais aos revolucionários pernambucanos, atribuindo os feitos heróicos fundamentais a história de toda

e qualquer nação à Conjuração Mineira (ainda que com ressalvas). Estas diferenças repercutem disputas específicas em torno da memória da Independência do Brasil.

Varnhagen, em sua *História Geral do Brasil*, “explicitaria os fundamentos definidores da identidade nacional brasileira enquanto herança da colonização européia” (GUIMARÃES 1988: 6). O historiador procurou demonstrar a continuidade entre o passado colonial e o projeto nacional que vinha sendo produzido, tendo por sujeitos de sua história o “homem branco” e o “Estado Nacional”, únicos entes considerados capazes de civilizar um país sem população livre. Através da conservação da monarquia, o Brasil se definia como a “continuação da história da metrópole” (GUIMARÃES 2002: 79). Sua obra desejava a sedimentação de uma história harmônica que não evidenciasse as tensões, contradições e conflitos capazes de levar o Brasil à guerra civil e à fragmentação como nas colônias espanholas (REIS 2000: 28). Nesta interpretação conciliadora com o passado colonial, a Independência não fora considerada uma revolução, nem mesmo uma guerra, mas um ato da Providência e, a um só tempo, um erro das elites portuguesas que não entenderam a vocação histórica do Brasil – a de ser a promessa da grandeza de Portugal (WEHLING 1999:122-150).<sup>4</sup>

Em contraponto à perspectiva continuista de Varnhagen, o general José Ignácio de Abreu e Lima, em seu *Compêndio*, defendeu um distanciamento no que tange à herança portuguesa. Mesmo considerando essa herança civilizada, ela seria nociva à construção de uma nacionalidade e de uma literatura propriamente brasileira. Abreu e Lima não teria produzido uma narrativa aprazível e terna, o *Compêndio* do general evidenciou episódios demasiadamente trágicos que “inviabilizaram a interpretação oficial de uma história harmoniosa” (LOPES & MOTA 2008: 241).

Não por acaso, foi com Abreu e Lima que Varnhagen estabeleceu uma de suas mais duras e conhecidas querelas, tendo o general sido acusado de plagiário e compilador. Para Lúcia Guimarães, a historiografia tem abordado erroneamente esta polêmica. Os trabalhos sobre o tema justificam a acusação de Varnhagen através da argumentação do próprio Visconde de Porto Seguro, ou seja, o método da compilação, que seria vetado pelo Instituto. No entanto, segundo Guimarães, alguns anos mais tarde, Abreu e Lima seria reabilitado ao IHGB, como um “bom compilador, imparcial e justo” (GUIMARÃES 2012: 43). Ainda segundo a historiadora, outro argumento comum da historiografia para o veto a Abreu e Lima se daria pelas inclinações republicanas do general, ex-combatente do exército de Simon

Bolívar (GUIMARÃES 2012: 43-44). Mas, sabe-se, que um dos mais curiosos paradoxos de Abreu e Lima, deve-se justamente ao fato de ter sido um acérrimo defensor da república ao lado de Bolívar e, a um só tempo, um amante da unidade conquistada pelo Império do Brasil, contradição que Selma Mattos atribui à eficiência da “expansão para dentro” dos saquaremas (MATTOS 2007).

A partir da oposição entre Varnhagen e Abreu e Lima, confirma-se que o desafio para a construção de um passado nacional foi enfrentado por vertentes historiográficas plurais. Para Marco Morel, uma dessas vertentes sintetizou suas preocupações em torno da centralidade dos conceitos de nação e revolução, grupo que ele denominaria junto a Evaldo Cabral de “rubro veio historiográfico” (MELLO 1997). As principais características desta vertente correspondem a sua relação conflituosa e, ao mesmo tempo, ambivalente com a herança lusa e a narrativa da história nacional pouco harmoniosa no que tange à exaltação dos conflitos e disputas sociais. Isso demarcaria sua distinção em relação à historiografia hegemônica que se constituiu em torno do IHGB (MOREL 2007). No entanto, apesar de considerarmos a categoria de “rubro veio historiográfico” útil para pensar o grupo de intelectuais que excede às preocupações do Instituto, ela não deixa de possuir algumas limitações. Morel atribui o uso do conceito de revolução de forma positiva e radical pelos intelectuais desta vertente. Mas, muitas vezes, o termo foi utilizado por sujeitos do “rubro veio historiográfico” de modo negativo ou receoso. O receio em torno da “revolução” faz parte da experiência do regresso, que eclodiu no fim da regência, como observa Christian Lynch, na qual as ideias revolucionárias, embora capazes de fazer crítica ao Antigo Regime, não eram suficientes para estabelecer, por si mesmas, uma nova ordem social orientada pelo valor da liberdade, isenta da anarquia e dos tumultos sociais (LYNCH 2014). Não obstante, uma das observações fundamentais feitas por Morel é que antes da criação do IHGB, a imprensa periódica se constituiu num campo privilegiado para as discussões em torno do passado nacional, em especial durante o período regencial, no qual se viu a explosão da preocupação com a esfera pública (MOREL 2003; 2007). Este período possibilitou a consolidação de um espaço autônomo para compreensão da experiência histórica que não se ofuscaria após a criação do IHGB, ao contrário estabeleceria com o Instituto diálogos de convergências e, simultaneamente, de duras tensões.

Neste sentido, apesar de parte da história da historiografia brasileira explicar querelas como a de Varnhagen e Abreu e Lima pela análise da forma, erudição e métodos utilizados,



como observou Lúcia Guimarães, o estudo de conteúdos como a Revolução Pernambucana não pode ser ignorado. Varnhagen ao se referir ao *Compêndio* do General defendeu que ele “não é mais do que um apontado (*sic*) de pedaços da tradução portuguesa de Beauchamp” (VARNHAGEN 1844: 67), autor que deveria ser recebido com “total desprezo” por ser apenas um “especulador e plagiário” da obra de Southey. Mas a crítica de Varnhagen não se limita à questão do plágio, os debates avançam em temas que abordam os indígenas, bem como à definição do brasileiro, o lugar dado por Abreu e Lima à história portuguesa... Sobre o último tema, no *Bosquejo*, Abreu e Lima definiria sua relação com Portugal, opinião que radicalizaria no *Compêndio* e na *Sinopse*, e que evidentemente era um forte ponto de tensão com Varnhagen – a herança dos vícios portugueses e o risco do Brasil repetir a decadência da antiga metrópole:

Logo que demos o primeiro passo para a Independência, nos julgamos desligados do resto do mundo e muito superiores aos nossos progenitores, *aqueles mesmos que nos tinham legado todos os seus vícios sem nenhuma de suas virtudes. [...] Se ainda quisermos salvar-nos do naufrágio que nos aguarda, é forçoso reconhecer o que somos, [...] somos portugueses, porém já degenerados* (ABREU E LIMA 1835: 59 – grifos meus).

Como dito no começo desta seção, as diferenças de forma e conteúdos entre essas obras podem ser explicadas ou relacionadas à existência de espaços de produção e circulação ou experiências historiográficas autônomas (mas cambiáveis entre si).<sup>5</sup> Uma dessas experiências estaria diretamente relacionada ao IHGB, na qual a escrita da história se volta para o público mais especializado diante da emergência da “profissionalização” do historiador, da qual Varnhagen é um dos protagonistas. A outra experiência, da qual Abreu e Lima seria mais próximo, estaria pautada na esfera pública, no mercado do livro emergente e numa demanda social pela história que possibilitaram um modo alternativo para escrevê-la, mais aberto às influências da luta política e das flutuações e permanências do “gosto” de um público não especializado. Este segundo “modelo” comportaria versões mais “tensas” ou “desarmônicas” para a História do Brasil ao evidenciar, por exemplo, os problemas sociais, os conflitos coloniais como a Revolução Pernambucana, as insurreições regenciais e ainda ao atribuir uma maior negatividade à herança lusa. Isto significa que apesar da defesa do Império e do território do Brasil serem lugares-comuns nas narrativas não significa ausência de disputas na história que se pretendeu escrever – mais ou menos crítica à herança colonial e à

metrópole interiorizada. Compreender o porquê da Revolução Pernambucana ter sido relegada a um episódio regional enquanto a Conjuração Mineira e a cidade de Ouro Preto tornaram-se um lugar de peregrinação da nossa identidade nacional pode ser explicado, ao menos em parte, pela análise das disputas (conscientes ou não) da interpretação histórica que constituíram compreensões-chaves do nosso passado. O objetivo da análise destas disputas não seria promover a conciliação das tensões que as constituíram, mas resgatar interpretações obscurecidas para a história do Brasil que se deseja ainda escrever.

## REFERÊNCIAS:

ABREU E LIMA, J.I. *Bosquejo Histórico, Político e Literário do Brasil*. Niterói: Tipografia Niterói de Rego e Comp., 1835.

\_\_\_\_\_. *Compêndio da História do Brasil – Volume Único*. Rio de Janeiro: Laemmert, 1843.

ANDRADE, Breno Gontijo Andrade. *A Guerra das Palavras: cultura oral e escrita na Revolução de 1817*. Dissertação de Mestrado em História. Belo Horizonte: FAFICH/UFMG, 2012.

ARAUJO, Valdeci Lopes de. “Historiografia, nação e os regimes de autonomia na vida letrada no Império do Brasil”. In.: *Varia Historia*, Belo Horizonte, vol. 31, n. 56, p. 365-400, mai/ago 2015.

BERNARDES, Denis Antônio de Mendonça. *O patriotismo constitucional: Pernambuco, 1820-1822*. São Paulo: Hucitec; Fapesp; Recife: UFPE, 2006.

GUIMARÃES, Lúcia. “História Geral do Brasil”. In.: MOTA, Lourenço Dantas (org.). *Introdução ao Brasil – Um banquete no trópico*. São Paulo: Editora Senac, 2002.

\_\_\_\_\_. “Entre a monarquia e a república: a Revolução Pernambucana de 1817 e suas representações no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro”. In.: LESSA, M.L.; FONSECA, S.C.P. (Orgs.). *Entre a monarquia e a república: imprensa, pensamento político e historiografia (1822-1889)*. Rio de Janeiro: Ed UERJ, 2008, p. 151-163.

\_\_\_\_\_. “O periódico de uma *société savante*: a Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1839-1889)”. In.: *ArtCultura*, Uberlândia, v. 14, n. 25, p. 37-49, jul.-dez. 2012.

HALLEWELL, Laurence. *O livro no Brasil: sua história*. São Paulo: EdUSP, 2005.

KOSELLECK, Reinhart. Patriotismo. Fundamentos y límites de un concepto moderno. In.: *Historias de Conceptos*. Estudios sobre semántica y pragmática del lenguaje político y social. Madrid: Editorial Trotta, 2012, pp. 143-160.

\_\_\_\_\_. “Ponto de vista, perspectiva e temporalidade – Contribuição à apreensão historiográfica da história.” *In.: Futuro Passado. Contribuição à semântica dos tempos históricos.* Rio de Janeiro: Contraponto: PUC-Rio, 2006, p. 161-188.

LOPEZ, Adriana, MOTA, Carlos G. *História do Brasil: uma interpretação.* São Paulo: Editora Senac, 2008.

LYNCH, Christian. “Modulando o tempo histórico: Bernardo Pereira de Vasconcelos e conceito de 'regresso' no debate parlamentar brasileiro (1838-1840)” *Almanack*, p. 314-334, 2015.

MATTOS, Ilmar R. de. Construtores e herdeiros: a trama dos interesses na construção da unidade política. *In.: Almanack Braziliense*, número 1, 2005, pp. 08-27.

MATTOS, Selma. *Para formar os brasileiros. O Compêndio da história do Brasil de Abreu e Lima e a expansão para dentro do Império do Brasil.* Tese de doutorado. São Paulo: USP. 2007.

MELLO, Evaldo Cabral. *A outra Independência: o federalismo pernambucano de 1817 a 1824.* São Paulo: Ed 34, 2004.

\_\_\_\_\_. *Rubro Veio – o imaginário da restauração pernambucana.* Rio de Janeiro, Topbooks, 1997.

MOREL, Marco. “Nação e Revolução: o rubro veio historiográfico no Brasil na primeira metade do século XIX”. *In.: CHAVES, C.M.G.; SILVEIRA, M.A.(orgs.). Território, Conflito e Identidade.* Belo Horizonte, MG: Argvmentvm; Brasília, DF: CAPES, 2007, v. 1, pp. 181-206.

\_\_\_\_\_. *As transformações dos espaços públicos: Imprensa, atores políticos e sociabilidades na Cidadania Imperial. (1820-1840).* São Paulo: Hucitec, 2005.

MOTA, Carlos Guilherme. *Nordeste, 1817.* São Paulo: Perspectiva, 1972.

PALETSCHEK, Sylvia. (Ed.) *Popular Historiographies in the 19th and 20th centuries. Cultural Meanings, Social Practices.* New York, Oxford: Berghahn Books, 2011.

POCOCK, J. *Linguagens do ideário político.* São Paulo: Edusp, 2003.

PHILIPS, Mark S. *Society and Sentiment: genres of historical writing in Britain, 1740 – 1820.* Princeton University Press, 1997.

\_\_\_\_\_. *On Historical Distance.* Yale University Press, 2013.

RANGEL, Marcelo de Mello. Romantismo, *Sattelzeit*, melancolia e “clima histórico” (*Stimmung*). *In.: Expedições: Teoria da História e Historiografia.* Universidade Estadual de Goiás (UEG), V. 5, n° 1, 2014.

REIS, José Carlos. *As Identidades do Brasil – de Varnhagen a FHC*. Rio de Janeiro: FGV, 2000.

RODRIGUES, Thamara de Oliveira. *A Independência de Portugal*. História, progresso e decadência na obra de Francisco Solano Constâncio (1808-1840). Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de Ouro Preto, 2014.

SCHAPOCHNIK, Nelson. Edição, recepção e mobilidade do romance *Les mystères de Paris* no Brasil oitocentista. In.: *Varia historia*. Vol. 26, n°44. Belo Horizonte, 2010.

SCHIAVINATTO, Iara Lis. “Entre os manuscritos e os impressos”. In.: LESSA, M.L.; FONSECA, S.C.P. (Orgs.). *Entre a monarquia e a república: imprensa, pensamento político e historiografia (1822-1889)*. Rio de Janeiro: Ed UERJ, 2008, p. 13-33.

SKINNER, Quentin. Motives, Intentions and Interpretation. In.: *Visions of Politics: Regarding Method*. Cambridge University Press. Volume 1, 2002, pp. 90-102.

WEHLING, Arno. “Estado, História, Memória: Varnhagen e a Construção da Identidade Nacional”. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

VARNHAGEN, Francisco A. *História Geral do Brasil* antes da sua separação e independência de Portugal. Tomo II. Rio de Janeiro: Laemmert, 1854.

VILLALTA, Luiz Carlos. Pernambuco, 1817, “concruzilhada de desencontros” do Império luso-brasileiro. Notas sobre as ideias de pátria, país e nação. *Revista da USP*, São Paulo (58). Jun./Jul./ago. 2003.

\_\_\_\_\_. O livro didático de História no Brasil: perspectivas e abordagem. In.: *Pós-História*, Assis, SP: v. 9, p. 39-59, 2001.

---

\* Agradeço à Andréa Lisly Gonçalves, Marcelo de Mello Rangel e Rogério Santana as contribuições para este artigo.

<sup>2</sup> Marcelo Rangel em suas pesquisas tem analisado projetos intelectuais e políticos do Império, especialmente aqueles relacionados aos românticos. Sua hipótese é de que há, especialmente na regência, um clima histórico melancólico em função da convivência dos sentimentos de pessimismo e esperança no que tange ao futuro do Brasil. Cf.: RANGEL 2014.

<sup>3</sup> Sobre a *História do Brasil* de Francisco Solano Constâncio, consultar: RODRIGUES 2014 (especialmente o capítulo 3).

<sup>4</sup> Pode-se interpretar o desejo de continuidade com o passado luso na obra de Varnhagen como inserido em um dos projetos de consolidação do Império do Brasil. Para Ilmar R. de Mattos, a opção pelo Império resgatava uma herança e revelava a filiação daqueles que eram os construtores ativos de um corpo e de uma identidade política novos a uma tradição que remontava às propostas do reformismo ilustrado português. Os construtores do Império eram, simultaneamente, herdeiros da ação política realizada por antigos colonizadores e colonos – motivada pelos eventos relacionados ao enraizamento de interesses portugueses e pelo processo de interiorização da metrópole no Centro-Sul – e também pelos acontecimentos em Portugal desde 1820. Neste sentido, essa dupla herança, a de um território e a de uma denominação, “Império do Brasil”, definiria as marcas de uma construção. Sob este aspecto, a direção saquarema teria sido bem sucedida na consolidação da unidade nacional através de uma “expansão para dentro” (a sedimentação de um Império no próprio território) que garantiu “a manutenção

---

de uma ordem e a difusão de uma civilização” capazes de “timbrar a diferença existente no Império do Brasil entre os três mundos existentes” (MATTOS 2005).

<sup>5</sup> Para identificação dessas experiências além de diálogo com a história do livro e da leitura (HALLEWELL 2005; SCHAPOCHNIK 2010; VILLALTA 2001; SCHIAVINATTO 2008), é importante a identificação dos motivos e intenções presentes em um texto tais como propostas por Skinner bem como o mapeamento das linguagens historicamente constituídas observadas por Pocock (SKINNER 2002; POCOCK, 2003).

Artigo recebido em 25 de abril de 2016 e aceito em 26 de agosto de 2016.